

Instituto C – Criança, Cuidado,
Cidadão

**Demonstrações financeiras para o
exercício findo em 31 de dezembro de
2019 e 2018 Relatório dos Auditores
Independentes**

Instituto C – Criança, Cuidado, Cidadão

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras 2

Demonstrações financeiras auditadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Balanço patrimonial..... 5

Demonstrações do resultado..... 7

Demonstração das mutações do patrimônio líquido 8

Demonstrações dos fluxos de caixa 9

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras10

INSTITUTO C - CRIANÇA, CUIDADO, CIDADÃO

CNPJ. : 14.644.881/0001-98

**“RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS”****Opinião sobre as demonstrações contábeis**

Examinamos as demonstrações contábeis do **INSTITUTO C - CRIANÇA, CUIDADO, CIDADÃO** que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

SÃO PAULO

Alameda Rio Negro, 503
1º And. Conj. 108/109
Alphaville – 06454-000
saopaulo@portalaudisa.com.br

Fone: (11) 3661-9933

PORTO ALEGRE

AV. Getúlio Vargas, 1157
13º And. Conj. 1316
Menino Deus – 90150-005
portoalegre@portalaudisa.com.br

Fone: (51) 3062-8902

RECIFE

recife@portalaudisa.com.br

RIO DE JANEIRO

riodejaneiro@portalaudisa.com.br

 grupoaudisa @grupo_audisa audisa.consultores

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Outros Assuntos:

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior.

Os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis do **INSTITUTO C - CRIANÇA, CUIDADO, CIDADÃO**, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores Independentes de acordo com as normas de auditoria vigentes, por ocasião da emissão do relatório em 10 de abril de 2019 sem modificação.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em

SÃO PAULO

Alameda Rio Negro, 503
1º And. Conj. 108/109
Alphaville – 06454-000
saopaulo@portalaudisa.com.br

Fone: (11) 3661-9933

PORTO ALEGRE

AV. Getúlio Vargas, 1157
13º And. Conj. 1316
Menino Deus – 90150-005
portoalegre@portalaudisa.com.br

Fone: (51) 3062-8902

RECIFE

recife@portalaudisa.com.br

RIO DE JANEIRO

riodejaneiro@portalaudisa.com.br

 grupoaudisa

 @grupo_audisa

 audisa.consultores

relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conceito das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo - SP, 15 de Março de 2020

AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS
CRC/SP 2SP 024298/O-3

Alexandre Chiaratti do Nascimento
Contador
CRC/SP 187.003/ O- 0
CNAI – SP – 1620

SÃO PAULO

Alameda Rio Negro, 503
1º And. Conj. 108/109
Alphaville – 06454-000
saopaulo@portalaudisa.com.br

Fone: (11) 3661-9933

PORTO ALEGRE

AV. Getúlio Vargas, 1157
13º And. Conj. 1316
Menino Deus – 90150-005
portoalegre@portalaudisa.com.br

Fone: (51) 3062-8902

RECIFE

recife@portalaudisa.com.br

RIO DE JANEIRO

riodejaneiro@portalaudisa.com.br



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/17C8-3E04-B95D-63C0> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 17C8-3E04-B95D-63C0



Hash do Documento

6ACE4819EC043018EA8B37D9E3AA7807242EDB931ABC62D1CAEFFD5248B0B75A

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 20/04/2020 é(são) :

- Alexandre Chiaratti Do Nascimento (Signatário) - 147.823.488-19
em 20/04/2020 18:04 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital



Instituto C – Criança, Cuidado, Cidadão
 Balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro 2019 e 2018
 (Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota	2019	2018
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa – sem restrição		925.909	683.047
Caixa e equivalentes de caixa – com restrição		107.771	9.671
	5	1.033.680	692.718
Contas a receber	6	442.245	610.017
Tributos a recuperar	7	5.819	6.698
Total circulante		1.481.744	1.309.433
Não circulante			
Imobilizado	8	135.352	136.055
Intangível	8	6.354	19.492
Total não circulante		141.706	155.547
Total do ativo		1.623.450	1.464.980

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto C – Criança, Cuidado, Cidadão
 Balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro 2019 e 2018
 (Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivo	Nota	2019	2018
Circulante			
Contas a pagar		600	7.427
Salários, férias e encargos sociais a pagar	9	54.495	77.991
Serviços a prestar	10	273.352	471.554
Total não circulante		328.447	556.972
Patrimônio líquido	11		
Patrimônio social		908.008	1.398.942
Superávit (déficit)		386.995	(490.934)
		1.295.003	908.008
Total do passivo e do Patrimônio Líquido		1.623.450	1.464.980

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto C – Criança, Cuidado, Cidadão

Demonstrações do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Nota</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receitas das atividades assistenciais			
Com restrição		1.121.591	547.328
Sem restrição		1.374.779	1.190.333
Total das receitas das atividades assistenciais	12	2.496.370	1.737.661
Custos das atividades assistenciais	13		
Plano de ação familiar – PAF		(855.280)	(873.694)
Atelier C		(64.952)	(241.822)
Educação em redes		(187.742)	(207.719)
Primeira infância		(139.910)	(23.270)
Eventos		(54.172)	(47.771)
Total dos custos das atividades sociais		(1.302.056)	(1.394.276)
Resultado bruto		1.194.314	343.385
Despesas das atividades assistenciais			
Gerais e administrativas	13	(780.226)	(789.501)
Serviços voluntários	15	(40.829)	(65.741)
Outras, líquidas		(12.037)	(12.136)
Total das despesas assistenciais		(833.092)	(867.378)
Resultado operacional		361.222	(523.993)
Receitas financeiras		32.769	37.229
Despesas financeiras		(6.996)	(4.170)
Resultado financeiro, líquido	14	25.773	33.059
Superávit (Déficit) do exercício		386.995	(490.934)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto C – Criança, Cuidado, Cidadão

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Patrimônio social	Superávit	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.295.301	103.641	1.398.942
Transferência do superávit	103.641	(103.641)	-
Superávit do exercício	-	(490.934)	(490.934)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.398.942	(490.934)	908.008
Transferência do déficit	(490.934)	490.934	-
Superávit do exercício	-	386.995	386.995
Saldo em 31 de dezembro de 2019	908.008	386.995	1.295.003

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto C – Criança, Cuidado, Cidadão

Demonstrações dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Nota</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
(Déficit) Superávit do exercício		386.995	(490.934)
Ajustes:			
Depreciação e amortização		28.423	31.588
Superávit ajustado		415.418	(459.346)
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber		167.772	(239.576)
Tributos a recuperar		879	(3.063)
Contas a pagar		(6.827)	262
Serviços a prestar		(198.202)	389.463
Obrigações trabalhistas		(23.496)	23.161
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		355.544	(289.099)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisições de ativos imobilizados e intangível		(14.582)	(940)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(14.582)	(940)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		340.962	(290.039)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	5	692.178	982.757
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	5	1.033.680	692.718
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		340.962	(290.039)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

O Instituto C – Criança, Cuidado, Cidadão (“Entidade”) foi fundada em 12 de outubro de 2011, inicialmente com a denominação social de Associação Saúde Criança São Paulo. Começou sua operação como uma franquia social da Associação Saúde Criança e em outubro de 2016, houve uma Assembleia Geral Extraordinária que aprovou a alteração da denominação social e da expansão do projeto que passou a atuar em um contexto mais amplo.

A Entidade tem por missão empoderar famílias para que promovam um ambiente onde as crianças e adolescentes possam desenvolver todo o seu potencial. A Entidade busca planejar, promover, coordenar e exercer atividades nas áreas de assistência social, cidadania, habitação, educação, assistência básica e profissionalização, além de exercer atividades em que haja promoção cultural e humana. Os projetos que a Entidade promove recebem encaminhamento de escolas, creches e hospitais públicos, no qual são oferecidos atendimentos multidisciplinares para crianças em vulnerabilidade social e suas famílias.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Entidade em 03 de abril de 2020.

2. Base de preparação

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o CPC PMEs (R1) e também considerando os aspectos a serem observados por entidade sem finalidade de lucro, em conformidade com a ITG 2002 (R1) – Entidades sem Finalidade de Lucros aprovada pela Resolução 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade. Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com o CPC PME (R1) e a ITG 2002 (R1) – Entidades sem Finalidade de Lucros requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração da Entidade no processo de aplicação das políticas contábeis.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Entidade são mensurados usando a moeda principal do ambiente econômico no qual a Entidade atua (“moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade.

2.3 Apuração do superávit

A apuração do superávit é efetuada pelo regime de competência e seu modelo segue as práticas contábeis para associações sem fins lucrativos (ITG 2002 (R1) – Entidades sem Finalidade de Lucros), emanadas do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, em seu manual de procedimentos contábeis para entidades do terceiro setor.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.5 Ativos financeiros

2.5.1 Classificação

A Entidade classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob a categoria de recebíveis. A classificação depende da finalidade para quais os ativos financeiros foram adquiridos.

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Entidade compreendem caixa e equivalentes de caixa e contas a receber (notas explicativas nos. 2.4 e 2.7).

2.5.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.6 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

A Entidade não faz uso de instrumentos derivativos.

2.7 Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber dos termos de compromissos de patrocínio assinados junto aos patrocinadores feito em contrapartida da conta de serviços a prestar, no passivo circulante (nota explicativa n.º 2.10). Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de patrocinadores são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a PCLD - provisão para créditos de liquidação duvidosa.

2.8 Estoques

A Entidade optou por realizar a baixa integral dos montantes registrados nesta rubrica, levando em consideração a convenção contábil da materialidade. Após a adoção desta prática contábil as novas aquisições e as doações recebidas passaram a ser contabilizadas em despesa. Os controles auxiliares de quantidade foram mantidos pela Entidade.

2.9 Ativos intangíveis

As licenças (incluindo licenças de software) adquiridas separadamente são demonstradas pelo custo histórico menos amortização e perdas por *impairment* acumuladas.

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir e preparar os softwares para sua utilização. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de cinco anos.

2.10 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens ou uma avaliação pelo valor de mercado, quando recebidos em doação.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável e reconhecida no resultado usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Benfeitorias em imóveis de terceiros	Contrato
Móveis e utensílios	10
Máquinas e equipamentos	10
Computadores e periféricos	5

A taxa de depreciação de benfeitorias em imóveis de terceiros é realizada de acordo com a duração do contrato de aluguel firmado.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos (perdas), líquidos" na demonstração do resultado.

2.11 Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

2.12 Patrimônio social

O patrimônio social é constituído pela dotação inicial, acrescido dos superávits e subtraído os déficits acumulados desde a fundação da Entidade.

2.13 Apuração do resultado do exercício

2.13.1 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelos contratos de patrocinadores que a Entidade possui ou do recebimento de doações.

A Entidade reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Entidade e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Entidade.

2.13.2 Serviços a prestar

Os serviços a prestar correspondem à contrapartida das contas a receber que foram registrados a partir dos termos de compromisso de patrocínio à Entidade assinados junto aos patrocinadores. As receitas de serviços são levadas ao resultado à medida que os serviços são prestados.

Os contratos firmados entre os patrocinadores e a Entidade têm como principal objetivo o investimento social privado, nos quais os recursos doados devem ser utilizados na prestação de serviços sociais pela Entidade. Se o prazo da prestação de serviços é equivalente a um ano ou menos, os serviços a prestar são classificados no passivo circulante. Caso contrário, são apresentadas no passivo não circulante.

2.13.3 Receitas operacionais

As receitas operacionais são classificadas entre receita com restrição, as quais são vinculadas a projetos e receita sem restrição, sem vinculação a projetos.

Receitas com restrição:

- **Patrocínio** - compreendem as doações para projetos específicos, previsto em contrato. A Entidade mantém contratos com terceiros e também com a Prefeitura Municipal de São Paulo (FUMCAD). Destaca-se também o contrato Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (Condeca-SP).

Receitas sem restrição:

- **Recursos próprios** - compreendem as doações dos associados, doações de pessoa física e jurídica não vinculada a projetos.
- **Eventos** – compreendem às ações que a Entidade promove para captar recursos para gerir seus custos e despesas.

2.14 Tributos

2.14.1 Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro (CSSL)

Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os artigos 167 a 174 do regulamento de Imposto de Renda aprovado pelo decreto no. 3000, de 26/03/99, e o artigo 195 da Constituição Federal.

2.14.2 Programa para Integração Social (PIS)

Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, está sujeita ao pagamento da contribuição para PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei no. 9.532/97.

2.14.3 Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, goza do benefício de isenção do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias, de acordo com as Leis no. 9.718/98 e no. 10.833/03, sujeitando-se ao pagamento delas sobre suas demais receitas.

A administração entende que, não há incidência sobre receitas de vendas de artesanatos. Como forma de suportar essa posição, está solicitando junto aos assessores jurídicos da Entidade, um estudo com emissão de parecer sobre a incidência dessa e das demais receitas.

2.15 Demonstração do resultado abrangente

A demonstração do resultado abrangente não está sendo apresentada em razão de não existirem valores a serem apresentados sobre esse conceito, ou seja, o superávit do exercício é igual ao superávit abrangente total. Dessa forma, o resultado abrangente está sendo apresentada dentro das mutações do patrimônio líquido.

3. Gestão de risco financeiro

3.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Entidade a expõem a diversos riscos financeiros: risco de liquidez. A Entidade não usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

3.1.1 Risco de liquidez

É o risco de a Entidade não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas frequentemente pela administração da Entidade.

4. Pronunciamentos técnicos

4.1 Novos pronunciamentos técnicos adotados

Foram aprovadas e emitidas as seguintes novas normas pelo IASB e pelo CPC, que entraram em vigor e foram adotadas. A Entidade efetuou sua adoção conforme mencionado abaixo e não identificou impactos relevantes.

(i) IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes (CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente)

A principal mudança resultante da adoção do IFRS 15 (CPC 47) decorre dos princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e como e quando ela é reconhecida, baseada em cinco passos: (1) identificação dos contratos com os clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (3) determinação do preço da transação; (4) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (5) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida. A nova norma substitui o IAS 11 - Contratos de Construção e o IAS 18 – Receitas e correspondentes interpretações.

As alterações estabeleceram os critérios para mensuração e registro das vendas, na forma que efetivamente foram realizadas com a devida apresentação, assim como o registro pelos valores que a Entidade tenha direito na operação, considerando eventuais estimativas de perda de valor.

A Entidade adotou essa nova norma e não identificou efeito relevante, em suas demonstrações financeiras, considerando a natureza de suas transações de venda, na qual as obrigações de desempenho são claras e a transferência do controle dos bens não é complexa, sendo feita na medida em que a responsabilidade é transferida ao comprador.

(ii) IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (CPC 48 – Instrumentos Financeiros)

A norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. As principais alterações do IFRS 9 foram os novos critérios de classificação de ativos financeiros em três categorias (mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente, mensurados ao custo amortizado e mensurados ao valor justo por meio do resultado).

Dependendo da característica de cada instrumento e finalidade para quais foram adquiridos, podendo ser classificado em resultado financeiro ou resultado abrangente. Adicionalmente a norma traz um novo modelo de *impairment* para ativos financeiro sendo um modelo prospectivo de “perdas de créditos esperadas” com base no histórico de perdas incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas, e flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

As classificações de passivos financeiros permanecem os mesmos já previstos no IAS 39 (CPC 39) – Instrumentos Financeiros: Apresentação, somente sendo incluídas as regras relativas aos passivos financeiros mensurados ao valor justo, não aplicável para as operações mantidas pela Companhia.

A Entidade adotou o novo pronunciamento e, considerando as suas transações na data de adoção, não identificou mudanças que tivessem impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Entidade, haja visto que os instrumentos financeiros que mantém não são complexos e não apresentam risco significativo de impacto em sua remensuração, assim como não apresentam risco significativo de *impairment* ou de redução de valor de forma significativa em função de expectativa de perdas futuras, sendo aplicado somente as classificações dos ativos financeiros nas categorias previstas.

As compras e vendas de ativos financeiros são reconhecidos na data em que a operação é negociada e baixados quando os fluxos de caixa do investimento tenham vencido ou sejam recebidos, desde que todos os riscos e benefícios de sua propriedade lhe sejam transferidos.

Os ativos financeiros mantidos pela Entidade em 31 de dezembro de 2019 são classificados da seguinte forma:

Custo amortizado

Ativos financeiros mantidos pela Entidade são mantidos para gerar fluxos de caixas contratuais decorrentes do valor do principal e juros, quando aplicável, menos qualquer redução quanto à perda do valor recuperável. São classificados nesses itens os saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outros ativos, com as variações reconhecidas no resultado financeiro.

Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros mantidos pela Entidade mensurados ao valor justo por meio do resultado correspondem aos saldos de títulos e valores mobiliários, com as variações reconhecidas no resultado financeiro, por opção da Entidade.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Caixa	355	3.259
Bancos conta movimento		
Sem restrição	328.185	4.172
	<u>328.185</u>	<u>4.172</u>
Aplicações financeiras		
Com restrição	107.771	9.671
Sem restrição	597.369	675.616
	<u>705.140</u>	<u>685.287</u>
	<u>1.033.680</u>	<u>692.718</u>

Em 31 de dezembro de 2019 as aplicações financeiras da Entidade eram em títulos de renda fixa de curto prazo (Certificado de Depósitos Bancários – CDB), em Instituições Financeiras classificadas como de primeira linha.

O saldo em bancos e aplicações financeiras com restrição se refere aos recursos obtidos de contrato de patrocínio, conforme mencionado na nota explicativa no. 10, os quais somente podem ser utilizados na aplicação nos projetos correlatos.

A movimentação das aplicações financeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 está abaixo apresentada:

	<u>2019</u>
Saldo inicial	685.287
Aplicações	877.769
(-) Resgates	(890.637)
Rendimentos	32.721
Saldo final	<u>705.140</u>

6. Contas a receber

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Contribuições a receber – Pessoa jurídica	442.245	610.017
	<u>442.245</u>	<u>610.017</u>

As contas a receber registradas, correspondem às contribuições de instituições e outras pessoas jurídicas, sendo liquidada com bases contratuais. Os contratos foram registrados de acordo com os termos da ITG 2002 (R1) – Entidade sem Fins Lucrativos. Os contratos de patrocínio são válidos por 12 meses, em média, sendo renováveis, caso exista interesse de ambas as partes.

7. Tributos a recuperar

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
ICMS a recuperar	5.819	6.698
	<u>5.819</u>	<u>6.698</u>

8. Imobilizado e Intangível

(a) Imobilizado

	<u>2019</u>		<u>2018</u>		
	<u>Custo corrigido</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>	<u>Taxas anuais %</u>
Móveis e utensílios	11.352	(5.298)	6.054	7.155	10
Máquinas e equipamentos	8.144	(3.808)	4.336	5.151	10
Computadores e periféricos	76.054	(64.461)	11.593	24.963	20
Imobilizado em andamento	113.369	-	113.369	98.786	-
	<u>208.919</u>	<u>(73.567)</u>	<u>135.352</u>	<u>136.055</u>	

Movimentação do ativo imobilizado:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Saldo inicial	135.055	153.515
Adições	14.582	940
(-) Baixas	-	-
Depreciação	(15.285)	(18.400)
Saldo final	135.352	136.055

(b) Intangível

	<u>2019</u>		<u>2018</u>		
	<u>Custo corrigido</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>	<u>Taxas anuais %</u>
Softwares	39.746	(33.392)	6.354	19.492	20

Os itens registrados no imobilizado foram doados por pessoas jurídicas, registrados pelo valor de mercado da época da doação, cuja contrapartida foi registrada no resultado, na rubrica de doações de pessoas físicas e jurídicas.

9. Salários, férias e encargos sociais a pagar

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Provisão de férias	48.672	58.420
Provisão de encargos sobre férias	5.823	19.571
	<u>54.495</u>	<u>77.991</u>

10. Serviços a prestar - por projeto

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Brazil Foundation	-	9.091
Fumcad	108.192	432.766
Condeca	165.160	-
Instituto Credit Suisse Hedging - Griffo	-	29.697
	<u>273.352</u>	<u>471.554</u>

Os serviços a prestar representam as obrigações que a Entidade possui na realização dos respectivos projetos em função dos recursos financeiros (parciais ou totais) já recebidos. A baixa do passivo ocorre mensalmente tendo como contrapartida a conta de receita de projetos na proporção em que são empregados os recursos recebidos na execução dos projetos.

11. Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, acrescido do resultado do período (superávit de R\$ 386.995,00).

12. Receitas das atividades assistenciais

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Com restrição		
Patrocínio	1.121.591	547.328
Total receitas com restrição	<u>1.121.591</u>	<u>547.328</u>
Sem restrição		
Doações de pessoas jurídicas e físicas	1.028.256	792.243
Eventos	305.694	332.349
Serviços voluntários (Nota 13)	40.829	65.741
Total receitas sem restrição	<u>1.374.779</u>	<u>1.190.333</u>
Total das receitas das atividades assistenciais	<u>2.496.370</u>	<u>1.737.661</u>

13. Custo e despesas por natureza

	<u>Custo</u>		<u>Despesa</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Despesas com salários e encargos	813.757	1.033.576	268.714	364.474
Atendimento às famílias	241.568	229.475	-	-
Depreciação	-	-	28.423	31.590
Serviços de terceiros	-	1.802	408.862	234.667
Despesas com aluguel	143.456	-	12.872	134.622

Despesas com projeto atelier	39.512	79.481	-	-
Utilidades (água, luz e telefone)	5.132	-	7.713	11.068
Outras	58.631	49.942	53.642	13.080
	<u>1.302.056</u>	<u>1.394.276</u>	<u>780.226</u>	<u>789.501</u>

14. Resultado financeiro

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receita financeira		
Rendimento das aplicações financeiras	32.769	37.229
	<u>32.769</u>	<u>37.229</u>
Despesa financeira		
Despesas bancárias	(6.996)	(4.170)
	<u>(6.996)</u>	<u>(4.170)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>25.773</u>	<u>33.059</u>

15. Serviços voluntários

Conforme determinado pela ITG 2002 (R1), para efeito de cumprimento à Resolução aplicável a entidades sem finalidade de lucros, a Entidade identificou e mensurou todo o valor de serviço voluntário recebido durante os respectivos exercícios.

Os valores de serviços voluntários foram reconhecidos com base em valores de mercado, estando assim sumarizados:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Serviços voluntários gerais		
Administrativo	3.467	370
Atendimento às famílias	37.362	65.371
	<u>40.829</u>	<u>65.741</u>

Não houve desembolso de caixa para os valores discriminados acima.

16. Seguros

O Instituto C – Criança, Cuidado, Cidadão possui seguros contra incêndio e danos contra o patrimônio.

17. Contingências e prescrições

Os registros contábeis e as operações da entidade estão sujeitos a exames das autoridades fiscais e previdenciárias e as eventuais notificações para os recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições durante prazos prescricionais variáveis, consoante à legislação aplicável.

Adicionalmente, de acordo com a legislação vigente, as operações da entidade estão sujeitas à revisão pelas autoridades fiscais pelo prazo de cinco anos, com referências aos tributos (INSS, IRRF, ISS, PIS, COFINS, entre outros). Como decorrência destas revisões, transações e recolhimentos poderão ser questionadas, ficando os valores identificados sujeitos a multas, juros e atualizações monetárias de natureza fiscal e previdenciária estão, também, sujeitos à revisão por diferentes períodos prescricionais.

São Paulo, 31 de Dezembro de 2019